


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0006355-21.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **ADRIANA VIEIRA DOS SANTOS DE OLIVEIRA**
 Requerido: **FERNANDA SILVEIRA**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput,
 parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos
 à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente de
 trânsito.

A ré, em contestação apresentada na audiência de
 tentativa de conciliação, não refutou especifica e concretamente sua responsabilidade pelo
 acidente trazido à colação, limitando-se a tão-somente alegar que "*apenas encostou e
 tirou tinta...*" (fl.14), bem como refutou de forma genérica o valor almejado pela autora.

Todavia, a ré não impugnou de forma concreta os
 os fatos e os orçamentos apresentados. Não declinou com clareza a dinâmica dos fatos e
 em que aspectos os orçamentos teriam contemplado montante superior ao que seria
 supostamente devido, ou seja, não bastava a ré simplesmente impugnar os fatos e o valor
 postulado, mas lhe tocava fazê-lo de maneira específica.

Em suma, a ré não fez prova consistente de suas
 alegações, não se desincumbindo do ônus que lhe impunha o art. 373, inc. II, do Código de
 Processo Civil.

Também não demonstrou interesse na produção

0006355-21.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

de outras provas conforme se verifica na sua manifestação de fls. 14.

O quadro delineado mostra-se suficiente para a decisão da causa, não necessitando da produção de outro tipo de prova qualquer, pois, é incontroverso o evento danoso suportado pela autora.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 682,00, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2016 (época da realização do orçamento de fl. 07, e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de agosto de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA